



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

LEI Nº. 1.133/2025 de 23 de dezembro de 2025.

Autoriza a abertura de Crédito Especial no Orçamento Municipal, para criação de nova Ação e Elementos de Despesa no âmbito do FUNDEB destinados à Educação Infantil, visando ao adequado registro das despesas exigidas pelo SIOPE e pelo TCM/GO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na legislação pertinente ao FUNDEB, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de **R\$ 118.463,09** (cento e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e nove centavos), destinado à criação de Ações e Elementos de Despesa vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – **FUNDEB**, com finalidade específica para a **Educação Infantil**, conforme detalhamento abaixo:

- I – Órgão:** 03 – FUNDEF/FUNDEB
- II – Unidade Orçamentária:** 12 – FUNDEB
- III – Função:** 12 – Educação
- IV – Subfunção:** 365 – Educação Infantil
- V – Programa:** 403 – Ensino Fundamental

Ação e Elementos Criados:

- 1. **Ação:** 2.052 – Manutenção do FUNDEB 70
- 2. **Elementos de Despesa:**

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 88.463,09
3.3.90.93 – Indenizações e Restituições	R\$ 30.000,00

Fonte de recurso: 1.85 – FUNDEB 70%

Art. 2º - O Crédito Especial autorizado no **art. 1º** será aberto mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias vigentes, conforme disposto nos arts. 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, ou mediante utilização de superávit financeiro do exercício anterior do FUNDEB, se existente, observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 3º - A criação das ações e elementos de despesa previstos nesta Lei atende às normas do SIOPE, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

Goiás – TCM/GO, às determinações da Emenda Constitucional nº 108/2020 e da Lei Federal nº 14.113/2020 (novo FUNDEB), assegurando o correto registro das despesas da Educação Infantil e seu enquadramento nos indicadores **VAAF, VAAT e VAA**.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para compatibilizá-los com a abertura do crédito especial previsto nesta Lei, em conformidade com a LRF e as Instruções Normativas do TCM/GO.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos próprios do FUNDEB consignados no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, observados os limites e exigências legais.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos durante o exercício financeiro de 2025, nos termos da Lei Orçamentaria Anual para o exercício de 2025.

Gabinete do Prefeito de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2025.


MARCUS ADILSON RINCO
Prefeito Municipal

Certidão
Registrado em livro
próprio, afixado nos Placares
de publicidade da Prefeitura
e da Câmara Municipal
Data Supra.